

EDUCAÇÃO EM LÍNGUA MATERNA: A SOCIOLINGÜÍSTICA EM SALA DE AULA

STELLA MARIS BORTONI-RICARDO

Leticia Fraga*

Obra essencial para professores de Ensino Fundamental e Médio, tanto pelas questões abordadas quanto pela linguagem utilizada, *Educação em língua materna* é fruto do trabalho da autora no curso Pedagogia para Início de Escolarização (PIE), ministrado na Universidade de Brasília. Trata de questões por vezes “espinhosas” para a ciência lingüística, de forma simples, despretensiosa e, por isso mesmo, eficiente. Cada capítulo (que são breves, o que auxilia na manutenção do interesse do leitor pelo texto) traz a indicação do que será tratado e qual objetivo que se pretende atingir ao final da leitura e da realização das atividades propostas (uma “novidade” de cunho didático muito interessante).

Ao abordar as principais características sociolingüísticas da sociedade brasileira e suas implicações para a educação, a autora traz um texto de Carmo Bernardes, o qual narra suas malsucedidas experiências escolares. A partir da discussão sobre o conteúdo e a forma do texto (ambos riquíssimos), a autora puxa o fio do novelo e começa a tricotar a manta multicolorida da realidade sociolingüística brasileira. Dessa forma, a partir de dados estatísticos provenientes de várias fontes, o professor é levado a refletir sobre que tipo de relação se estabelece entre a população brasileira – tal como ela se estrutura – e seu nível de analfabetismo.

O debate sobre variação lingüística na realidade brasileira merece uma atenção especial, já que a autora julga que seus interlocutores primeiramente têm de ser “convencidos” de sua existência. Para tanto, lança mão das noções de “papel social”, “normas socioculturais”, diferenças “intergeracionais” e de “gênero”, “letramento” e “monitoramento”. Pelo fato de a teoria do livro ser intercalada pelas já mencionadas (felizes) propostas de reflexão, é muito provável que você, professor, chegue à conclusão de que “a variação é inerente à própria comunidade lingüística”, antes mesmo de a autora afirmá-lo e comprová-lo, por

meio de inúmeros exemplos de eventos de fala reais (a maioria ocorrida em ambiente escolar). Somente então a autora discorre sobre preconceito lingüístico, por que ocorre, como ocorre; e sobre a relação entre preconceito lingüístico e estabelecimento da “língua-padrão” (com direito a uma rápida – mas suficiente – passagem pela história da colonização brasileira).

A importância da reflexão sobre a variação lingüística no repertório de professores e alunos de Ensino Fundamental é discutida a partir da constatação de que professores não sabem como agir diante dos chamados “erros de português” (segundo a autora, expressão inadequada e preconceituosa). Diante das possibilidades de tratamento do “erro”, ou seja, das *diferenças* (intervir? não intervir? apresentar o modelo da variante padrão?), sem, no entanto, cair na tentação de apresentar uma “receita de bolo” (o que, muitas vezes, é o desejo de professores em desespero de causa!), a autora sugere que dois procedimentos devam ser incluídos na prática docente: a *identificação* das *diferenças* e a *conscientização* das *diferenças*. Esse último processo, particularmente, não se pode dar com prejuízo ao processo ensino/aprendizagem. A esse respeito, aliás, a autora é explícita: “A escolher entre a não-intervenção sistemática e a intervenção desrespeitosa, ficamos, é claro, com a primeira alternativa. O trato inadequado ou até desrespeitoso das diferenças vai provocar insegurança ou até mesmo o desinteresse ou a revolta do aluno”.

A autora julga importante aprofundar a discussão sobre a variação lingüística e a educação em língua materna, tema central do livro. Como o debate sempre advém de textos (orais e escritos), um trecho de uma historinha da personagem Chico Bento e a polêmica acerca de seu surgimento – como a tentativa do Conselho Nacional de Cultura de proibir a publicação da revista! – provocam o professor a estender a reflexão a respeito da noção de “falar errado”. Como a proposta é passar a ver o “erro” como diferença, é importante sistematizar os conceitos de “variação”, “variedade”, “dialeto”, “estilo” e “monitoração”, relacionando-os à idéia de que há variação em qualquer comunidade de fala, variação essa que decorre de fatores como grupo etário, gênero, *status* socioeconômico, grau de escolarização, mercado de trabalho e rede social. Ao mesmo tempo que os trata individualmente, como concepções propriamente ditas, a autora não deixa de relacioná-los entre si. Além desses fatores, considerados estruturais, pois compõem a individualidade do falante, há os funcionais, resultantes das interações sociais, e os lingüísticos, tais como ambiente fonológico e estrutura morfosintática. Penso que você, professor, pôde perceber como é complexo estudar a variação lingüística. É tão complexo quanto analisar o próprio ser humano.

Com a intenção de facilitar o entendimento de toda essa complexidade, a autora propõe que se evitem classificações como “língua-padrão”, “dialeto”, “variedade não-padrão”. Além de preconceituosas, dão a falsa impressão de seus limites não podem ser rompidos, o que está longe de acontecer. Uma pessoa identificada como “falante de variedade-padrão”, ao contrário do difundido pela tradição normativa, intercala, em seu discurso, momentos de variedade não-padrão, por questões de adequação ao contexto, ao assunto tratado, ao interlocutor etc.

A proposta de Bortoni-Ricardo é imaginar três linhas, ou *contínuos*, quais sejam: *contínuo de urbanização*, *contínuo de oralidade-letramento* e *contínuo de monitoração estilística*. Cada evento de fala (e não cada falante!) pode ser clas-

sificado segundo esses critérios: é um evento de variedade rural, evento de variedade urbana ou evento de variedade “rurbana” (grupos urbanos com antecedentes rurais); é um evento de oralidade ou evento de letramento; ou trata-se de um evento em que há mais monitoração (formalidade) ou menos monitoração (informalidade). O interessante é que a fluidez das fronteiras entre cada um desses contínuos permite classificações intermediárias (um evento pode ser de média monitoração, por exemplo). As situações em que há sobreposições entre esses tipos de falares, como a alternância entre rural e “rurbano”, não são somente aceitas, mas também esperadas.

Ao longo do texto, o conceito de *competência* foi mencionado várias vezes. Por isso a necessidade de distinguir os conceitos de *competência lingüística* e *competência comunicativa*. Chomsky, um importante lingüista, propôs a dicotomia *competência/desempenho*, em que a *competência* – assim como a *língua*, na perspectiva saussuriana – é uma abstração comum a uma comunidade de fala. A esse conceito, Chomsky acrescentou a referência à noção de conjunto de regras capazes de gerar sentenças bem-formadas dentro da língua. Mas é Dell Hymes quem propõe a definição de *competência comunicativa*. Para ter *competência comunicativa*, o falante tem de conhecer as normas sociais que definem a adequação da fala. E é a idéia de *competência comunicativa* que torna claro o papel da escola: quando chegam à escola, as crianças falam bem sua língua materna; têm, portanto, *competência lingüística*. O que lhes falta é ampliar seus recursos comunicativos, de forma que possam realizar tarefas comunicativas complexas nas quais se exige muita monitoração, ou seja, em que o nível de formalidade é muito alto. “A escola é o espaço em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas”, ou seja, onde vão desenvolver *competência comunicativa*.

Os dois processos apontados como essenciais à prática docente no desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, a *identificação* da diferença e a *conscientização* da diferença, retornam na discussão final sobre as regras de variação fonológica e morfossintática do português brasileiro.

É necessário – e possível! – identificar, no âmbito fonológico e morfossintático, as principais características da fala de um brasileiro com antecedentes rurais e “rurbanos” e compará-las às da fala de um brasileiro urbano; assim como é possível estabelecer, nos mesmos níveis, as principais características da linguagem de um falante que usa estilo monitorado e compará-las aos seus estilos não-monitorados. Um levantamento aconselhável, do ponto de vista da autora, uma vez que se podem prever os possíveis “erros” que serão praticados pelos alunos (e, dessa forma, planejar uma abordagem sistemática de tratamento); “erros” esses que têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris
<i>Educação em língua materna:</i>
a sociolingüística em sala de aula.
São Paulo: Parábola, 2004.